

que foi enfraquecido pelas ações do próprio governo”. Dada a palavra ao Vice-Presidente do CDCA/DF: “vamos avançar na situação vivida dentro da realidade do Conselho. Poucas vezes avançou em pautas de forma tão uniforme. Mesmo as divergências se dão sobre a condução, mas a concepção da política o CDCA/DF tem avançado bastante com a nova composição do Conselho. Registrou o ataque direto aos membros do CDCA/DF por membros da Câmara Legislativa em notas que vêm ganhando força pelo fato de o CDCA/DF ter sido desacreditado por algumas ações. Com a sanção da Lei sem oitiva dos Conselheiros de Direitos. Optando pela manutenção da regulamentação do processo como está, que argumentos a PGDF utilizará para manter a decisão Plenária”. Dada a palavra ao Secretário Marcos Dantas: “se algum parlamentar adjetivou qualquer conselheiro, é preciso registrar o repúdio a tal comportamento. Registrou o posicionamento de pleno respeito ao colegiado. Se colocou à disposição do CDCA/DF para tratar de temas relativos aos interesses do Conselho. Dada a palavra ao Conselheiro Valdemar “registrou que as crianças perderam o direito por uma pauta trancada. O CDCA/DF ficou enfraquecido com uma disputa que não poderia ter acontecido. Registrou os riscos judiciais dos debates nas eleições”. Dada a palavra à Dra. Fabiana de Assis: “O contato para a reunião prévia na sexta-feira às 18 horas foi sugerida pelo MPDFT, por uma razão de melhor preparar a discussão e o posicionamento de que o diálogo foi iniciado. A própria Plenária pode buscar o apoio da PGDF para a defesa. Registrado o desconforto, que propostas apresentaremos ao Governo para essa política de defesa dos direitos das crianças e adolescentes, de abertura de diálogo e de aproximação com o Governo local”. Conselheira Daise: “O que Conselho quer registrar é que maneira o Governo pode fortalecer esse Conselho. Como ele pode garantir que a PL não vai interferir o processo em curso. Que assegure um Conselho forte. Com relação aos processos, a estrutura não comporta a vazão de processos para ser deliberados. O próprio regimento exige uma Secretaria Executiva apenas para assessorar o FDCA/DF”. Conselheiro Salviano: “Avocou o Regimento interno para não abrir para os participantes porque o debate prejudica as deliberações. O CDCA/DF demanda 14 (quatorze) pessoas hoje”. Dada a palavra à Presidente do CDCA/DF, Jane: “disse que o CDCA/DF é um espaço democrático e não há porque cercear o diálogo”. Conselheira Vanessa “a questão central é a dualidade do papel da Jane como Secretária e Presidente do CDCA/DF. Propõe a discussão na mesa”. Conselheiro Luiz Ribeiro: “Quais são os pontos focais do problema? PL que altera o processo de escolha, a estrutura do CDCA/DF e o acúmulo de funções da Jane. A pauta trancada é a consequência”. Conselheiro Tutelar Clemildo representando a Associação de Conselheiros Tutelares: “agradeceu a presença simbólica de Marcos Dantas. Reivindica a capacidade técnica frágil do CDCA/DF. Mesmo com a dificuldade de nomeação registra a urgência que os técnicos possam assessorar o CDCA/DF. Precisamos destrancar a pauta, pois isso é questão fundamental porque há outras questões”. Conselheiro Saulo Humberto: “observou a ausência dos Conselheiros em inúmeras reuniões o que gera prejuízo ao CDCA/DF. A pauta trancada traz mais prejuízos que vantagens. Este conselho é político e discute questões sociais”. Dada a palavra à Dra. Fabiana de Assis: “Proposta de trabalho: 1. Estrutura do CDCA/DF: a fala da Secretária afirma que até junho estará composto conforme previsto regimentalmente; 2. PGDF apoiar a deliberação do CDCA/DF; 3. Relação de diálogo de construção de políticas de forma coletiva; encaminhando ao CDCA/DF as questões da política da infância”. Conselheira Valéria: “vota pelo destrancamento da pauta”. Conselheira Patrícia: “ao trancar a pauta porque somos voto vencido é para registrar a legitimidade para discutir com o governador o poder a função do conselho e que é preciso reconhecer. Havendo apoio, diálogo estão abertos à construção coletiva”. Presidente Jane: “não há como impor a defesa da resolução em detrimento de lei. A posição política é legítima, mas a hierarquia das normas sugere um encaminhamento diferenciado. É impossível essa defesa. Podemos buscar saídas jurídicas, alternativas com relação a esta questão. Beto “quer que mostre o processo como deve acontecer”. Dada a palavra ao Secretário Marcos Dantas: “o colegiado é o mais legítimo para propor encaminhamentos dessas políticas. Reforçou a legitimidade do CDCA/DF e tem que intencional e buscar o apoio político. É preciso ter claro que não estamos em posições antagônicas. Que possamos melhorar o sistema. A estruturação pode esbarrar na Lei de Responsabilidade Fiscal. É preciso encontrar formas de vencer o governo de que é imprescindível criar os cargos para dotar o CDCA/DF de estrutura com a responsabilidade que ele tem. Vai construir a agenda com o Governador, porque o discurso é de que as crianças percam os seus direitos. O MPDFT esta apoiando este CDCA/DF e tais demandas não estão no escuro”. O pedido de retificação do edital proposto pela Associação dos Conselheiros Tutelares com base na alteração legislativa deve ser submetido ao Plenário do CDCA/DF. Será encaminhado para a Comissão do Processo Eleitoral e depois a discussão da Plenária. Suspendeu-se a reunião por 15 minutos para deliberação. Às 16h27 minutos retomou-se a reunião Plenária. Sociedade civil e Governo optaram pela reabertura da pauta: unânime, mas que se delibere apenas as resoluções propostas. E se convoque outra extraordinária para a rediscussão da pauta suspensa. Unanimidade pela discussão das resoluções propostas pela Sociedade Civil que seguem: 1. Qualquer ação, requerimento ou demanda que chegue ao CDCA/DF sobre o processo eleitoral sejam submetidos à Comissão do Processo de Escolha, ou ao Pleno extraordinariamente, encaminhando, se for o caso para consulta do MPDFT e PGDF. Votação: unânime. 2. Que a Secretaria da Criança complemente do quadro de recursos humanos do CDCA/DF até o final de junho segundo regimento. “Já houve o comprometimento, mas vai no limite da legalidade. Está impedido de criar cargos. Compromisso que ao final do remanejamento o CDCA/DF irá preencher com o mínimo necessário para o funcionamento”. Votação: unânime. 3. Toda representação política do CDCA/DF em reuniões, audiências, entrevistas etc., seja realizada pelo Presidente, ou Vice – Presidente ou Conselheiro Titular indicado, conforme estabelece o Regimento Interno do CDCA/DF; O CDCA/DF pode justificar a necessidade de outros participantes para pautas específicas que tratem de decisões do Conselho. 4. Todo assunto que diga respeito ao CDCA/DF deve ser submetido à

Diretoria Executiva conforme regimento; 5. Art. 3, IV, do Regimento Interno do CDCA/DF, o Governo de Brasília encaminhe até 20 de junho ao CACA/DF o PPA e o PLOA. Próxima reunião Plenária Extraordinária 9 de junho de 9h às 12h e de 13h às 17h. Informes: Ato nacional dia 27/05 – marcha nacional contra a maioridade penal. Museu da república 9 horas.

JANE KLEBIA N. S. REIS

Presidente do CDCA/DF

ATA DA 251ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias de março de 2015 dois mil e quinze, na sala de reuniões localizada no 3º andar da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal, localizada no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte – SAAN, Quadra 01, Lote C, Comércio Local, Brasília/DF, às nove horas e vinte e sete minutos, ocorreu a abertura oficial da 251ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA/DF, sob a Presidência de Jane Klebia Reis, Presidente do CDCA/DF, a presença do Vice-Presidente do CDCA/DF, Cássio Alves de Moura e da Secretária Executiva do CDCA/DF, Elisa Barros Horsth. Representantes Governamentais presentes: Amélia Mendes Rabelo como membro titular da Secretaria de Cultura; Nathália Eliza de Freitas como membro titular, representando a Secretaria de Estado Desenvolvimento Humano e Social; Daniela Gomes do Nascimento como membro titular da Secretaria de Estado de Educação; Déborah Igreja do Prado como membro titular da Secretaria de Estado do Esporte e Lazer; Annie Vieira Carvalho como membro titular da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania; Luiz Carlos Ribeiro da Silva como membro titular da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação; Emilson Ferreira Fonseca como membro titular da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão; Victor Nunes Gonçalves como membro titular da Secretaria e Estado de Políticas para as Mulheres, da Igualdade Racial e Direitos Humanos; Mari Machado como membro titular, Rodrigo Oliveira de Castro Dias (1º Suplente) e Fabrício dos Santos Moser (2º Suplente) da Secretaria de Estado de Relações Institucionais e Sociais; Lucy Mary Cavalcanti Stroher como membro titular, da Secretaria de Estado de Saúde; Valéria Alves Fernandes Dias como membro titular da Secretaria de Estado do Trabalho e do Empreendedorismo; Rayane Ruas Quadros Velásquez (1º Suplente) da Secretaria de Estado de Turismo; Alex Machado Sousa como membro titular da Subsecretaria de Juventude da Secretaria de Estado de Políticas para Criança, Adolescente e Juventude. Representantes da Sociedade Civil presentes: Roberta Fernandes de Moraes como membro titular, da instituição Obras Assistenciais São Sebastião – OASAS; Daise Lourenço Moisés como membro titular e Adriana Camello Nunes (2ª suplente) da instituição Assistência Social Casa Azul; Deise Araújo de Freitas como membro titular da Inspeção São João Bosco – CESAM DF; Renata Rodrigues Flores Alves como membro titular da Associação Cristã dos Moços de Brasília – ACM; Vanessa Rosa Bastos como membro titular do Conselho Regional de Psicologia- CRP; Salviano Santim como membro titular do Instituto Brasileiro de Pró Educação, Trabalho e Desenvolvimento – ISBET; Rosângela Bento Cardoso como membro titular da instituição Lar da Criança Padre Cicero; Valdemar Martins da Silva como membro titular da instituição Casa de Ismael – Lar da Criança; Andreína Rocha de Moraes como membro titular da Sociedade Espírita de amparo ao menor- Casa do Caminho; Fábio Teixeira Alvez como membro titular do Centro de Ensino e Reabilitação – CER; Rita Silva Ramos como membro titular do Centro Comunitário da Criança – CCC; Francisco Rodrigues Corrêa como membro titular do Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do Distrito Federal – SINTIBREF/DF; Mirtes Pereira dos Santos (1º Suplente) da União Brasileira de Educação e Ensino – MARISTA; Monica Danielle Maciel Ferreira como membro titular, e Cássio Alves de Moura (2º Suplente) do Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultura do Governo do Distrito Federal- SINDSASC; Patrícia Andrade Santiago Silva como membro titular e Alexandra Pereira Pompeu (1º Suplente) da instituição Aldeias Infantis SOS Brasil. Demais participantes: Anderson Andrade do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios MPDFT; Pauliana Ribeiro Alves e Megaron de Carvalho da Universidade de Brasília- UNB; Anisme Delgado do Conselho Tutelar da Fercal; Adriana Desidério do Conselho Tutelar do SAI; Gislaíne Gonçalves do Conselho Tutelar do Parkway; Amílka e Sousa Timóteo do Conselho Tutelar do jardim Botânico; Lara Cristina Saldanha e Samuel Paulo do Conselho Tutelar de Ceilândia; Jeferson Máximo Pinto do Conselho Tutelar do Guará; Clemildo Sá do Conselho tutelar de Brasília; Ziel Ferreira dos Santos da Associação dos Conselhos Tutelares; Lucilaila Alencar Dias e Luciane Carneiro do Conselho Tutelar da Estrutural; Fernanda Costa do Conselho Tutelar do Varjão; Kelly Cristina do Conselho Tutelar do Lago Norte; Fernando de Moura do Conselho Tutelar do Sudoeste; Maria José Rocha e Marcelo Abreu da Secretaria de Estado de Políticas para Criança, Adolescente e Juventude; Coracy Coelho Amarante do Coletivo da Cidade- CEDECA; Sandra Alves; e Vantuil Santana. Item 1 – Recursos e Procedimentos do FDCA/DF e atuação dos Conselheiros de Direito. A Presidente do CDCA/DF Jane Klébia Reis deu abertura à sessão. Foi dada a palavra ao Conselheiro e presidente do FDCA/DF Emilson Ferreira Fonseca para esclarecimento a respeito das regras de acesso aos recursos do FDCA/DF e apresentação do fluxo orçamentário, bem como o seu funcionamento. Foi sugerido pelo conselheiro Valdemar Martins da Silva, acrescentar como ponto de pauta a discussão da Lei nº 13.019 de 31 de Julho de 2014 que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil. Reforço da participação dos Conselheiros de Direitos - Foi ressaltada a importância da atuação e participação dos Conselheiros de Direitos nos trabalhos e ações realizados pelo CDCA/DF. Foi informado ao Plenário que a probabilidade de substituição de

conselheiros por faltas consecutivas, conforme o disposto no Art. 55. Inciso I da Resolução Normativa nº 70, de 11 de Dezembro de 2014 será levada em consideração. Item 2 – Aprovação da Ata da 250ª Plenária Ordinária – Foi apresentada a Ata da 250ª Reunião Plenária, ocorrida no dia 24 de Fevereiro de 2015. A Presidente deste Conselho sugeriu o encaminhamento das atas por e-mail, competindo aos Conselheiros de Direito apresentarem as devidas ressalvas antes da 252ª Reunião Plenária do CDCA/DF. A Ata da 250ª Reunião Plenária foi aprovada por unanimidade, sendo apresentada uma única ressalva: corrigir o nome do SINTIBREF, digitado na primeira versão como “SINDIBREF”. Item 3 – Comitê Consultivo de Adolescente. Ficou constituída a Comissão responsável pelas atividades do Comitê Consultivo de Adolescentes. São membros integrantes desta Comissão os Conselheiros: Mirtes Pereira dos Santos, representando a Comissão de Orçamento, Finanças e Fundo; Victor Nunes representando a Comissão de Conselho tutelar; Deise Araújo de Freitas representando a Comissão de Medidas Socioeducativas; Rosângela Bento Cardoso da Comissão de Legislação; Andrecinda Rocha de Moraes Pina da Comissão de Formação e Mobilização e Valéria Alves Fernandes Dias da Comissão de Políticas Públicas. Fica deliberado que após a primeira reunião, seja escolhido o coordenador para ser anunciado na 252ª Reunião Plenária. Data proposta para reunião: Dia 10 de Abril de 2015 às 9 horas na Sede da Secretaria da Criança. Item 4 – Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo. Foi retificada a informação contida no item “a” da Pauta sobre o Decreto do Governador que dispõe sobre a suspensão das discussões a respeito do Plano Decenal. A Presidente Jane Klebia Reis informou que houve um equívoco com a informação, sendo o decreto referente ao Plano Decenal de Direitos Humanos. Foi designada como responsável pela coordenação da comissão pela elaboração do Plano Decenal a servidora Maria José Rocha Lima da SECRIA. Foi proposto à servidora, resgatar a comunicação com os membros que compõem a coordenação da comissão. Passado o resumo das atividades realizadas no processo de construção do plano, foi ressaltada a importância da participação dos membros do CDCA/DF nas discussões deste processo. Item 5 – Estruturação da Secretaria Executiva do CDCA/DF. Dada a Palavra à conselheira Daise Lourenço Moisés, levantou-se a urgência de se estruturar e de obter em seu quadro profissional servidores capacitados para o perfil do trabalho. A Presidente Jane Klebia Reis, ressaltou a determinação do Governador de reduzir em 60% o quadro de profissionais de Cargo em Comissão e reconhece o impacto que esta decisão causou na estrutura da Secretaria Executiva e demais setores da Secretaria de Estado. Informou que está sendo realizado um recadastramento de servidores com o intuito de redistribuí-los a fim de lotar profissionais qualificados na Secretaria Executiva e a partir deste, garantir a estrutura prevista regimentalmente pelo art. 47 da Resolução Normativa nº 70, de 11 de Dezembro de 2014. Destacou-se que os aspectos burocráticos da análise dos processos, bem como os procedimentos precisam ser revistos. Item 6 – Processos Distribuídos em 20/03/2015. Processo nº 0417-000.640/2015 - Projeto para apreciação da Comissão de Políticas Públicas. Apresentada a Inscrição de Programa Governamental “Qualifica com Autonomia” da Secretaria de Estado de Trabalho e Empreendedorismo. Foi aprovada a inscrição de programa. Processo nº 0417- 000.394/2014 a respeito da renovação de registro da Inspeção São João Bosco- CESAM, distribuído ao conselheiro Rodrigo Dias da Secretaria de Estado de Relações Institucionais e Sociais. Foi solicitada a visita à Instituição. Processo nº 030-001.441/2014 a respeito da renovação de registro do Centro Comunitário da Criança, distribuído à conselheira Valéria Alves Fernandes Dias da Secretaria de Estado de Trabalho e Empreendedorismo, sendo a conselheira favorável à renovação do registro e ato aprovado em plenária. Item 7– Distribuição de Processos. Foram distribuídos os seguintes processos: Processo nº 0400-000.981/2008 da Associação de Ensino Profissionalizante- ESPRO, referente à renovação de registro e inscrição de programa de aprendizagem, distribuído ao conselheiro Valdemar Martins da Silva da instituição Casa de Ismael. Foi solicitada a realização de visita à instituição por parte do conselheiro. Processo nº 0417-000.320/2014 do Instituto Empreender, que trata da concessão de registro da instituição, distribuído à conselheira Vanessa Rosa Bastos do Conselho Regional de Psicologia- CRP. Foi solicitada a realização de visita à instituição. Em seqüência, apresentado o Processo nº 0400- 001.369/2009 da Fundação Athos Bulcão que trata da renovação de Registro da instituição, distribuído à conselheira Lucy Mary da Secretaria de Saúde. Foi solicitada a realização de visita à Instituição por parte da conselheira. Item 8 – Relatoria de Processos. Restou deliberado que os Processos nº 0417-000.452/2014 do Instituto Cultural e Social Lumiar; Processo nº 0417-000.549/2014 da Associação Bancorbrás de responsabilidade Social e Processo nº 030-013.207/1994 da Assistência Social Casa Azul foram remetidos à 252ª Reunião Plenária para devida relatoria. Por fim, foi relatado pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão o Processo nº 0400.000.993/2009 que propõe a concessão de registro da Associação de Mães, Pais, Amigos e Reabilitadores de Excepcionais, distribuído no dia 24 de Fevereiro de 2015. O relator apresenta-se favorável pela concessão do Registro. Ato aprovado por Unanimidade. Item 9 – Processo de escolha dos Conselheiros Tutelares. Foi informado que há possibilidade o Tribunal Regional Eleitoral- TRE participar do Processo de Escolha Unificada. Apresentação da minuta elaborada e discutida pela Comissão de Normatização; deliberar sobre a aprovação do texto proposto. Fica registrada a participação de Conselheiros Tutelares Ziel Ferreira, Alisson e Clemildo Sá e da Conselheira de Direito Mari Machado na discussão deste processo. Foi sugerida por unanimidade a realização de uma Reunião Plenária Extraordinária no dia 02 de Abril de 2015 às 9 horas na sede da Secretaria da Criança para discussão da minuta de normatização elaborada e discutida pela Comissão de Normatização e devidas deliberações sobre a aprovação do texto proposto. Item 10 – Relatório das Comissões Temáticas. A Comissão de Medidas Socioeducativas informou que seria solicitado à SUBSIS e ao NAI o encaminhamento mensal das entradas e saídas dos adolescentes ao Sistema Socioeducativo; a modulação atual dos servidores indicando a quantidade e área de atuação; e à Corregedoria um relatório informativo sobre a quantidade de processos quanto à atuação dos servi-

dores que trabalham do Sistema. Foi questionado que definições a Secretaria pretende encaminhar para o Socioeducativo. Será oportunizada a contribuição após a divulgação prévia da modulação, recadastramento e levantamento dos documentos pendentes. A comissão de Conselho Tutelar, Formação e Mobilização e de Legislação discutiram a normatização no processo de escolha dos conselheiros tutelares. Item 11 – Conferências. Foi determinado o envio do material e as atribuições dos conselheiros. Sugeriu-se a realização de uma conferência livre dos adolescentes pelo CDCA/DF, deixando a cargo das instituições os demais debates. Os responsáveis por esta conferência devem apresentar os resultados obtidos ao Conselho. Cria-se a “Comissão de Conferência” visando iniciar o processo e a execução de uma conferência livre até o mês de Maio e a partir de seus resultados, estabelecer a realização da Conferência Distrital. Fazem parte do Grupo de Trabalho para Conferência Livre os Conselheiros: Patrícia Andrade Santiago Silva; Francisco Rodrigues Corrêa e Cássio Alves de Moura, sendo estes os responsáveis pela coordenação da Conferência; Mirtes Pereira dos Santos da Comissão de Orçamentos, Finanças e Fundo; Victor Nunes da Comissão de Conselho Tutelar; Deise Araújo de Freitas da Comissão de Medidas Socioeducativas; Andrecinda Rocha de Moraes Pina da Comissão de Formação e Mobilização e Valéria Alves Fernandes Dias da Comissão de Políticas Públicas. Fazem parte do Grupo de Trabalho para a Conferência Distrital e Nacional os Conselheiros: Andrecinda Rocha de Moraes Pina da Casa do Caminho como coordenadora do Grupo de Trabalho; Francisco Rodrigues Corrêa da Comissão de Orçamento, Finanças e Fundo; Patrícia Andrade Santiago Silva da Comissão de Políticas Públicas; Deise Araújo de Freitas da Comissão de Medidas Socioeducativas; Mari Machado Secretária de Estado de Relações Institucionais e Sociais; Annie Vieira Carvalho da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania e Renata Rodrigues Flores Alves da Comissão de Políticas Públicas. Estas Comissões ficam responsáveis por organizar a conferência, delimitar prazos e propor atualizações. Fica acordada a realização da reunião dos Grupos de Trabalho no dia 10 de Abril de 2015 às 9 horas na Sede da Secretaria da Criança. Item 12 – Proposições. Foi proposta a realização de “Seminários de Capacitação de projetos” com a participação dos membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios- MPDFT, Procuradoria Geral do Distrito Federal e Territórios- PGDFT, Tribunal de Contas do Distrito Federal, Secretarias de Fazenda e Planejamento e Câmara Legislativa com vistas ao aprimoramento dos projetos apresentados. Foi apontado que a baixa execução dos projetos decore da falta de adequação destes e que é necessário visar projetos bem estruturados. A Presidência propôs a realização de um curso para ensinar a elaboração de projetos e que fosse formado um grupo de trabalho a fim de trazer propostas, revisar a atual legislação e rever os procedimentos adotados. Restou deliberado que o grupo fica composto pelos conselheiros Déborah Igreja do Prado da Secretaria de Estado do Esporte e Lazer; Antônio Carlos de Carvalho Filho da Secretaria da Criança; Rodrigo Oliveira de Castro Dias da Secretaria de Estado de Relações Institucionais e Sociais; Emilson Ferreira Fonseca da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão; Francisco Rodrigues Corrêa do SINTIBREF/DF; Dayse Lourenço Moisés Assistência Social Casa Azul; Valdemar Martins da Silva da Casa de Ismael – Lar da Criança; Roberta Fernandes de Moraes da OASAS. Foi acordado que a reunião deste grupo de trabalho fica marcada para o dia 06 de Abril de 2015 às 14 horas na Sede da secretaria da Criança. O grupo deve apresentar proposições da 252ª reunião plenária. Eu, Elisa Barros Horsth, secretariei esta reunião e digitei esta ata assinada pela Presidente. Brasília, 31 de Março de 2015.

JANE KLEBIA N. S. REIS
Presidente do CDCA/DF

ATA DA 252ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias de Abril de dois mil e quinze, na sala de reuniões localizada no terceiro andar da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal, localizada no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte – SAAN, Quadra 01, Lote C, Comércio Local, Brasília/DF, às nove horas e trinta minutos, ocorreu a abertura oficial da 252ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal – CDCA/DF, sob a Presidência da Secretaria de Estado Jane Klebia Reis, representante da Secretaria de Estado da Criança, a presença do Vice-Presidente do CDCA/DF, Cássio Alves de Moura e da Secretária Executiva do CDCA/DF, Elisa Barros Horsth. Representantes Governamentais presentes: Amélia Mendes Rabelo como membro titular da Secretaria de Estado de Cultura; Antonio Carlos de Carvalho Filho da secretaria de Estado de Políticas para Criança, Adolescente e Juventude; Daniela Gomes do Nascimento como membro titular da Secretaria de Estado de Educação; Déborah Igreja do Prado como membro titular da Secretaria de Estado do Esporte e Lazer; Rogério Dias Ferreira (1º Suplente) da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania; Luiz Carlos Ribeiro da Silva como membro titular da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação; Emilson Ferreira Fonseca como membro titular da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão; Rodrigo Oliveira de Castro Dias (1º Suplente) da Secretaria de Estado de Relações Institucionais e Sociais; Janilce Guedes de Lima (1ª Suplente) da Secretaria de Estado de Saúde; Érisson Lemos Pita da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Paz Social; Gabriela Tereza Lopes (2º Suplente) da Subsecretaria de Juventude da Secretaria de Estado de Políticas para Criança, Adolescente e Juventude; Jocilene Gomes de Oliveira (1ª Suplente) da Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo; Rayane Ruas Quadros Velasques, da Secretaria de Turismo Representantes da Sociedade Civil presentes: Roberta Fernandes de Moraes como membro titular, da instituição Obras Assistenciais Padre Natalle Batezzi; Daise Lourenço Moisés da Assistência Social Casa Azul; Deise Araújo de Freitas como membro titular da Inspeção São João Bosco – CESAM DF; Renata Rodrigues Flores Alves como membro titular da Associação Cristã dos Moços de Brasília – ACM; Carolina Guidi (2ª Suplente) do Conselho Regional de Psicologia- CRP; Salviano Santim como membro titular do